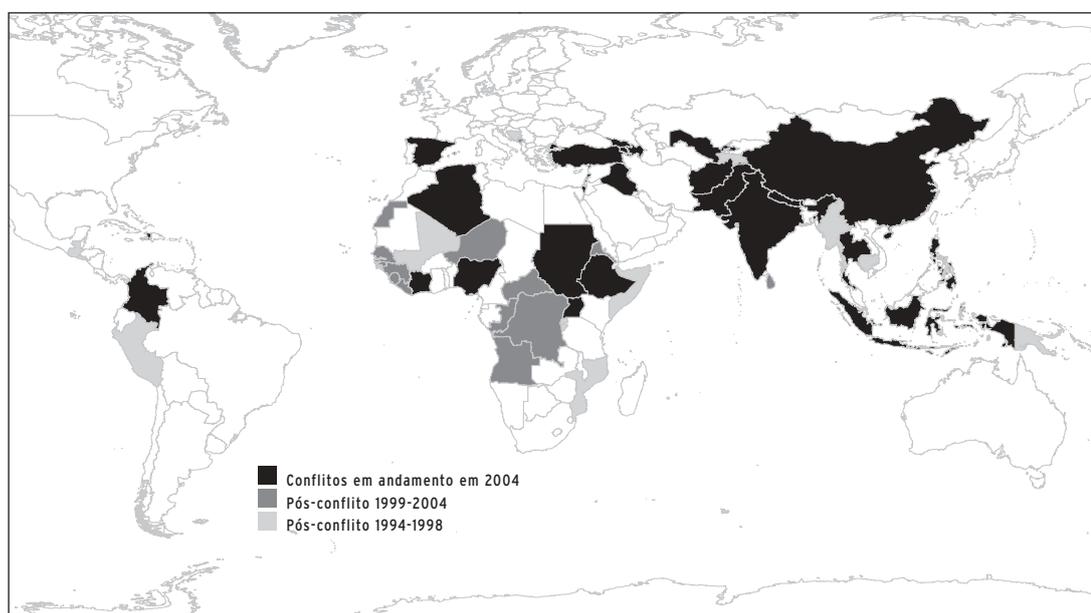


Gerenciando as zonas de pós-conflito:

DDR E A REDUÇÃO DE ARMAS

O fim de um conflito armado não é necessariamente um sinal de que a segurança está de volta. A introdução do cessar fogo, de acordos de paz, ou mesmo de intervenções discretas que procuram desarmar os atores que estão em guerra, nem sempre garantem melhorias tangíveis na segurança. Como mostra esse capítulo, em 2004, durante os chamados períodos de 'pós-conflito' houve mais ameaças diretas e indiretas para os civis, do que durante o próprio período de duração do conflito. Na realidade, os níveis de violência armada muitas vezes são mais altos do que eram antes, ou mesmo durante o próprio conflito armado (veja figura 10.2).

Mapa 10.1 - Zonas de conflito e pós-conflito selecionadas, 1994-2004

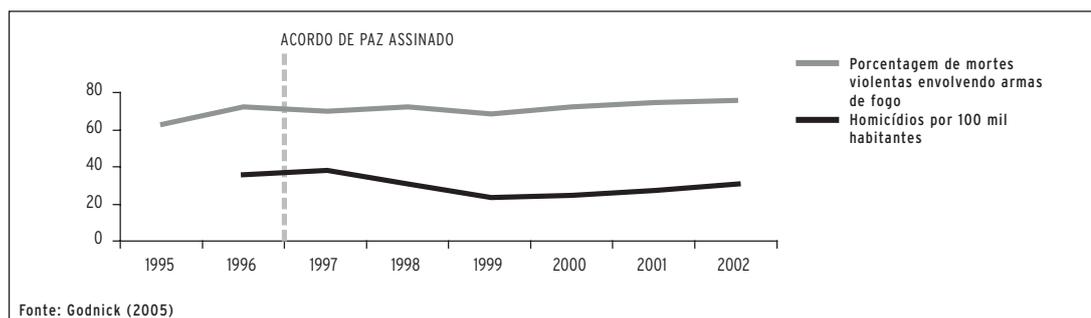


Fontes: IISS (2004); SIPRI (2004); Universidade de Uppsala (2004)

As conclusões citadas levam a uma questão importante: O que quer dizer, na realidade, 'pós-conflito'? Quando ele começa e quando ele termina? Um acordo de paz assinado é um critério suficiente ou mesmo necessário? O período de pós-conflito é demarcado por uma redução 'significante' na mortalidade direta, o envio das forças da paz, um período arbitrário de tempo, ou a manutenção de eleições nacionais? Esse capítulo argumenta que o significado da expressão 'pós-conflito' – mesmo sendo tão freqüentemente usada - é ambíguo.

Na verdade, a designação 'pós-conflito' poderia contribuir para disfarçar os muitos riscos enfrentados pelas sociedades, em países que estão saindo de situações de guerra. Alguns casos do ano passado ilustram dolorosamente esse ponto, tais como os acontecimentos no Afeganistão, Haiti, Iraque, Ilhas Solomon, Sudão, e nos países da Região dos Grandes Lagos na África. O Small Arms Survey considera que em muitos países que estão saindo de prolongados períodos de violência armada nos anos 90, como a Guatemala, Nicarágua, e El Salvador, as mortes relacionadas às armas e a insegurança (tanto a insegurança real, quanto à percepção de insegurança) não têm diminuído significativamente, desde o fim oficial das guerras nesses países. (Mapa 10.1 mostra zonas selecionadas de conflitos e pós-conflitos, no período de 1994 a 2004). E mais, a demanda por armas dentro do contexto do pós-conflito, com freqüência, permanece alta, e a militarização dos campos de refugiados apresenta um perigoso risco de renovação da violência armada no país. Esse risco é problemático tanto para os lugares onde se encontram esses campos, como também para os países vizinhos.

A introdução de programas de DDR e redução de armas, como parte da estratégia de recuperação, pode ser um fator importante no caminho para a paz.

Figura 10.2 Taxa de mortes por armas de fogo e taxa de homicídios na Guatemala

Apesar dos desafios para uma transição de sucesso do período de conflito para o processo de recuperação no pós-conflito, existem razões para se ter um otimismo cauteloso. A introdução de programas de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) e programas de redução de armas, como parte da estratégia de recuperação, podem ser fatores importantes na construção da paz. Atualmente, um grupo crescente de agências multilaterais e doadores enxergam os programas de DDR e redução de armas como pilares essenciais para o processo de recuperação no período de pós-conflito.

A preocupação atual de doadores e agências multilaterais com a promoção da recuperação e reconstrução, dentro do contexto de pós-conflitos, incluindo apoio aos programas de DDR e redução de armas, é encorajadora. Mostra que eles têm um comprometimento crescente em assegurar a paz. Mesmo que algumas críticas aos pacotes convencionais de recuperação, em situações de pós-conflito, sejam válidas, existe um crescente reconhecimento da importância de esforços para reduzir o número de armas pequenas e leves, como parte integral das estratégias de recuperação. De fato, as Nações Unidas e o Banco Mundial lançaram no mínimo 14 iniciativas em zonas de pós-conflito, desde o ano de 2000 – oito delas estão em andamento em 2005. Da mesma forma, no mínimo 22 projetos de redução de armas foram estabelecidos em áreas de pós-conflito no mesmo período – e hoje, mais de 16 deles estão em operação. Para completar, as Nações Unidas estão, cada vez mais, reconhecendo a necessidade de adotar programas regionais e integrados de DDR e redução de armas.

Porém, muitas tentativas de DDR e redução de armas ainda se deparam com a falta de vontade política, desigualdades nos critérios de seleção, financiamentos inadequados, e problemas de coordenação. Alarmentemente, programas de redução de armas e DDR freqüentemente substituem soluções políticas para conflitos armados, reforma de governo e setores judiciais e, no geral, desenvolvimento sustentável. Além disso, os esforços planejados para reduzir a demanda por armas de fogo são muitas vezes esquecidos na pressa de assegurar a paz. O capítulo avisa que se os programas de DDR e redução de armas não forem claramente articulados e a sua capacidade para promover a segurança não for concreta, esses programas podem ser descartados por seus financiadores e pelos países afetados.

Esse capítulo começa com uma revisão completa das ameaças enfrentadas por civis, em contextos de pós-conflito. O estudo então destaca várias intervenções práticas desenhadas por atores internacionais e nacionais para aliviar esses riscos, incluindo programas de DDR e iniciativas de redução de armas. Contudo, a contribuição dessas medidas para reduzir a violência armada, no contexto do pós-conflito, ainda é uma questão em aberto, mas a comunidade internacional de doadores continua a depositar bastante esperança nesses programas. Agregando informações novas ao trabalho prévio do Small Arms Survey, o capítulo termina com uma revisão crítica sobre os programas de redução de armas e DDR.

As Nações Unidas e o Banco Mundial lançaram no mínimo 14 iniciativas de DDR 22 projetos de redução de armas, em zonas de pós-conflito, desde o ano de 2002.